

Humildade, Economia, Liberdades e Pertenças

Jorge Braga de Macedo¹

Tento compreender o processo de desenvolvimento global desde o meu primeiro curso de economia política em 1967/68. A partir de Novembro de 1976 a tentativa de compreensão situou-se na Universidade Nova de Lisboa, com passagens por outras universidades, por organizações internacionais, pelo governo, pelo parlamento e pelo Instituto de Investigação Científica Tropical. Esta última, em curso, atçou uma curiosidade interdisciplinar recorrente, com destaque para o direito e a história, que ajuda à compreensão.

Mas talvez mais importante do que décadas de tentativa e compreensão é a esperança no futuro, onde me transporta a memória dos que já partiram, para o caso duas pessoas concretas: ãNo mar da sua palavra, confluem três correntes que nos levarão para casa do Pai. A primeira corrente, a paciência, corre sem se ver. A segunda, corrente de um rio sempre a ir, é o saber, e à terceira, talvez a mais poderosa, chamo humildade. Diversas embora, estas três correntes confluem na palavra aquática, sempre renovada, do padre Burgueteö.

O testemunho incluía ainda uma citação de Jorge Borges de Macedo, por ocasião da comemoração dos oitocentos anos da **Manifestis probatum** na Academia das Ciências de Lisboa: "os portugueses, entre outras características de persistência e trabalho, sempre tiveram a capacidade, que a bula papal reconheceu, de usar a independência política em defesa do bem comum."²

Este texto começa pela cultura cívica portuguesa, passa nas secções 2 e 3 à unidade (ou globalização inclusiva) e à proximidade (ou bom governo) e argumenta na secção 4 que a combinação de unidade e proximidade projecta a nossa pertença lusófona, contributo ao bem comum global e europeu.

1. Liberdades e pertenças dos portugueses

A nossa ãdiferencialidadeö, como lhe chamava meu pai, assenta nas pertenças europeia e lusófona dos cidadãos, as quais interagem com as respectivas liberdades política e financeira de modo a promover o bem comum. Nesse sentido, a economia ajuda a denunciar o orgulho daqueles que, estando sempre a invocar a solidariedade, na realidade não são capazes de a praticar, poluindo o bem comum.

O antigo regime revelar maior preocupação com a reputação financeira da Coroa, medida pelo número de falências e de quebras de moeda, do que na Espanha e na França. Como ocorreu no meio de revoluções e guerras civis, o Parlamento instaurado em 1821 tinha menos legitimidade fiscal do que as Cortes. Na cultura cívica, arreigou-se a convicção de que rigor e estabilidade são atributos de ditadura política, explícita ou implícita.

¹ Preparado para o Encontro **2 Amores 2 Cidades**, a realizar em Palmela, a 27 de Janeiro de 2007. Mais do que um acidente fonético, as iniciais do título denotam uma crença pessoal na ajuda (HELP), cujas implicações profissionais e políticas se fizeram sentir a partir do regresso dos Estados Unidos, por sinal quando passei a colaborar com o Instituto. Além das referências do texto ver www.prof.fe.unl.pt/~jbmacedo.

² **Para o Nuno**, Lisboa, 2002, pp. 40-41. Trata-se de uma colecção de testemunhos por ocasião do seu 70º aniversário.

Ora o voto maioritário não pode garantir os direitos e liberdades dos que não votam por não terem ainda nascido. Resulta daí o argumento fundamental para a liberdade financeira como garante das liberdades futuras. A relação com o rigor orçamental passa então por uma constituição fiscal que garanta a liberdade financeira. Esta não é um luxo de país rico, antes uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

Infelizmente, a experiência portuguesa, nomeadamente após as revoluções de 1910 e de 1974, considera a liberdade financeira como inimiga da liberdade política. Esta tensão, que persiste depois de mais de dez anos de estabilidade e convertibilidade cambiais, tem a ver com o fraco envolvimento do que se chamavam as forças vivas, a parte da sociedade civil que deve pensar o futuro a partir das pertenças dos cidadãos concretos³.

A credibilidade das políticas económicas é inseparável das expectativas acerca do futuro, mas também depende do passado, na medida em que envolve a aquisição de uma reputação. A boa reputação beneficia toda a sociedade, e também naturalmente quem conduz a política pública, mas, por isso mesmo, demora tempo a adquirir e pode rapidamente perder-se.

A dimensão de esperança do particular humano, exige a memória porquanto, como disse Jorge Borges de Macedo em 1990: «O anti-presente está na história e é a condição do futuro livre».

2. Unidade (ou globalização inclusiva)

Pouco depois da queda do muro de Berlim, treze economistas de renome receberam um questionário sobre a relação entre economia e ética, ou entre eficiência e equidade, com vista a avaliar o processo de transição do plano para o mercado, o diálogo Norte-Sul e a dimensão ecológica do desenvolvimento. As personalidades consultadas representam um leque (muito) diversificado de opções ideológicas, do catolicismo progressista de alguns ao agnosticismo conservador de outros⁴. Todos reconheceram, porém, que a ética é essencial para a economia e que essa relação tem implicações decisivas para as medidas de política frente ao desafio da pobreza. As respostas serviram para preparar a Encíclica **Centesimus Annus**⁵.

O movimento de Chiara Lubich, que logo nos anos sessenta antecipou a globalização do final do milénio, apresenta-se como ãum sujeito social e eclesial naturalmente internacional, multicultural, multiétnico e multirracialem e crê na unidade do povo nascido do Evangelho, resumindo a espiritualidade da unidade através da frase *Omnia vincit Amor*, que é um futuro melhor para cada homem. Citando o n.º 53: Não se trata do homem «abstracto», mas do homem real, «concreto», «histórico» [...].

³ Há pouco mais de dois anos houve um debate a nível do governo de coligação sobre esta questão quando se tratava de decidir se o ajustamento orçamental iniciado em 2002 tinha acabado ou não. E ainda hoje se ouvem, dentro de um governo de maioria, declarações contraditórias acerca da crise ã que reflectem a tensão referida no texto.

⁴ Ken Arrow, Tony Atkinson, Partha Dasgupta, Jacques Drèze, Peter Hammond, Hendrik Houthakker, Bob Lucas, Edmond Malinvaud, Jeff Sachs, Amartya Sen, Horst Siebert, Witold Trzeciakowski e Hirofumi Uzawa.

⁵ Comentei o texto no seu 2.º, 10.º e 14.º aniversários, respectivamente numa celebração interdisciplinar na Universidade Católica Portuguesa (aliás a minha única intervenção académica nos vinte e cinco meses em que fui inquilino do Terreiro do Paço), numa comunicação à Academia Pontifícia das Ciências Sociais e numa palestra promovida pela Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Para o homem concreto, a solidariedade deve ter resultados. Ora a necessidade de eficiência parece desesperante e por isso mesmo a principal implicação de política que retirei da ligação entre economia e ética é um apelo à esperança. Esta acaba sempre por ter uma expressão económica, entendida no sentido etimológico de "arrumar a casa", que é afinal, em termos de política, «pôr ordem na cidade». Esta insinuação etimológica aponta claramente para o elemento interdisciplinar. Além disso, realça que a análise interdisciplinar, ao buscar o concreto, não deve nunca abandonar o rigor do método. Atino agora que a esperança no desenvolvimento global õvem directamente da civilização judaica, a passar para o cristianismo, em termos de responsabilidade pessoal que é o conceito de pessoa humana e o conceito de próximo... Envolve e desse modo altera, por completo, a relação de civilização.õ⁶

3. Proximidade (ou bom governo)

Mesmo que a existência do õbem comum globalõ (já referido no n° 58 da **Centesimus Annus**) se torne mais reconhecida, as instituições globais não o poderão prover sem o apoio de entidades nacionais e locais (talvez por causa de posições contraditórias dos estados membros, a ONU, OMC, FMI e Banco Mundial têm-se revelado incapazes de cooperar duradouramente entre si). Não há responsabilização democrática nas instituições globais, nem mesmo nas regionais: a legitimidade mantém-se primariamente nacional. Daí que a norma seja a governação nacional.

O *princípio da proximidade* tem implicações sociais decisivas para a provisão de bens colectivos através do imposto. Resulta que a integração da pessoa num grupo social pequeno minimiza, através da responsabilização mútua, a evasão fiscal dentro desse grupo. A «pressão dos pares» é, deste modo, uma forma de integração social e cultural, uma forma de cidadania que legitima o tributo para financiar os serviços públicos. Só que, ao alargar o número de pares, perde-se integração social e cultural, ou torna-se menos concreta. A escolha colectiva oferece pois uma base forte para algumas das ideias contidas no capítulo V da **Centesimus Annus** sobre Estado e Cultura: é a nação-Estado enquanto espaço privilegiado para o consenso social.

Nos (quase) 15 anos da assinatura do Tratado da União Europeia, relaciono com saudade o seu preâmbulo (õOs povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comunsõ) com o n° 48 da **Centesimus Annus** (õA actividade económica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientesõ).

A interpretação funcional e não geográfica do princípio tomista da subsidiariedade foi acolhida na cooperação reforçada que consta do Tratado da União Europeia desde 1996. Deveria ser alargada na tentativa falhada do Tratado Constitucional⁷.

⁶ Para Jorge Borges de Macedo, de que acabo de citar uma conferência ao Rotary Clube de Coimbra em 1994, a dimensão humana concreta contrasta mais com **O fim da história** de Francis Fukuyama do que com Samuel Huntington. Mas nem por isso acredita no choque inevitável das civilizações porque, mau grado a existência de õassociações de malfetores que têm a mesma civilizaçãoõ, considera que õo conceito do próximo tem uma noção mais ampla do que o conceito de civilizaçãoõ.

⁷ São especialmente relevantes o título III, Competências da União, Artigo I-11, Princípios fundamentais e o Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

A eficiência exige a combinação entre mercado e plano, entre provisão pública e privada de informação ao passo que a democracia se baseia na moralidade do sentimento de cidadania do pequeno grupo que cresce para a nação-Estado, mas que consegue manter a coesão do tecido social ao nível das famílias. O proteccionismo pode contudo impedir que um Estado nacional atinja aquilo que a **Centesimus Annus** chama a paz verdadeira, que é o desenvolvimento.

4. Unidade e proximidade da lusofonia

Chiara Lubich alargou o termo interdependência (que teve origem na economia, onde descrevia a sensibilidade mútua entre economias de mercado) à filosofia política, celebrando o Dia da interdependência em Filadélfia e Roma com referência à cidadania global. Esta interdependência comporta assim as parcerias público privadas para o bem comum propostas na declaração de Monterrey sobre financiamento do desenvolvimento. Tal como na interacção entre unidade e proximidade operam os princípios petrino e mariano, na diversidade nacional concorrem princípios de bom governo essenciais ao desenvolvimento sustentado.

Além da manifestação pioneira da esperança no desenvolvimento económico que vejo na **Centesimus Annus**, a luta a que me obriga o meu cargo de presidente do visa a lusofonia como bem comum - um dos objectivos do convénio assinado em 10 Março de 2004 com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja consecução exige transformar um laboratório de Estado quase esquecido num instrumento de diálogo lusófono e interdisciplinar⁸.

Admito que possa ter utilidade partilhá-la aqui inspirando-me da luminosa interpretação da **Carta aos Hebreus** oferecida por Bill Tompson na Catedral Americana de Paris em 23 de Janeiro de 2007, que traduzo livremente: òPrecisamos de dirigentes com confiança suficiente na sua mensagem e no seu papel para pronunciar palavras que não são bem vindas e para fazer isso com autoridade ó não com poder autosuficiente mas como criados de Deus e da Sua igreja. Também precisamos, como cristãos e como comunidades, de estar prontos a ser retirados da nossa zona de conforto pelas palavras da escritura, pelos que nos dirigem e uns pelos outrosö. Aí salienta que, além de Filho, Jesus é Rei e Sumo-sacerdote e insiste que òo discernimento moral de que fala o texto desenvolve-se não na base de reflexão intelectual e leitura profunda mas de *boas prática*. O nosso senso moral não é afiado na sala de aulas mas no negócio da vida. E, como tudo o que aprendemos pelo treino e pelo exercício, implica tentar, tropeçar e levantar-se para tentar mais uma vez e mais outra.ö

Acrescento que esta interpretação é consistente com a que atribui a Cristo uma estratégia de òigualitarismo religioso e económico que negava ao mesmo tempo as normas hierárquicas e patronais da religião judaica e do poder romanoö (John Dominic Crossan, **Jesus: A revolutionary Biography**, 1995). Resulta de ambas a pujante humanidade de Jesus, esteio da inserção do protagonista principal no ritual eucarístico (Scott Hahn, **The Lambø Supper The Mass as Heaven on Earth**, 1999).

⁸ Numerosos exemplos desta luta constam de notícias e do blogue de *História Lusófona*, disponível em www.iict.pt. Aí se reproduz do último número da revista **História** uma crónica na qual um colega da Universidade Nova de Lisboa considera a lusofonia restritiva e sugere em seu lugar o conceito de òpós-colonialö. È um exemplo da cultura cívica que critiquei na secção 1 acima.